



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 13128.000094/2001-11
Recurso nº : 128178
Sessão de : 14 de abril de 2005
Recorrente : ANTÔNIO FERNANDO OLIVEIRA GONÇALVES
Recorrida : DRJ/BRASÍLIA/DF

R E S O L U Ç Ã O N º 303-01.029

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência nos termos do voto do conselheiro relator.

Anelise Daudt Prieto
ANELISE DAUDT PRIETO
Presidente

Zenaldo Loibman
ZENALDO LOIBMAN
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Nanci Gama, Sérgio de Castro Neves, Silvio Marcos Barcelos Fiúza, Marciel Eder Costa, Nilton Luiz Bartoli e Tarásio Campelo Borges.

Processo nº : 13128.000094/2001-11
Resolução nº : 303-01.029

RELATÓRIO E VOTO

Exige-se do interessado em epígrafe identificado, o pagamento do ITR/1995 no valor total de R\$ 15.259,69, conforme extratos de fls. 19/20, relativo ao imóvel rural "Fazenda Funil", cadastrado na SRF sob o código nº. 4297333-3, com área total de 1.766,6 hectares, situado no município de Mimoso de Goiás - GO.

Depois de ser cientificado do resultado desfavorável da SRL, conforme fls. 01/ 03, o interessado impugnou o lançamento alegando, em síntese, que os dados cadastrais informados na DITR/94 estavam equivocados.

Para comprovar a área de reserva legal anexou a certidão de fls. 05 e para comprovar as demais áreas distribuídas do imóvel, apresentou o laudo técnico de fls. 08, emitido pelo Eng.Agrônomo Rodrigo Roriz de Arruda Leite, acompanhado da ART do CREA-GO (fl. 09).

A 1^a Turma de Julgamento da DRJ/BSA julgou, por unanimidade de votos, **procedente em parte** o lançamento, para considerar as alterações cadastrais relativas aos quadros 04 e 05 da DITR/94 (extrato de fls.12).

Considerou que a certidão do CRI competente comprova a averbação de área de reserva legal de 486,5 hectares em 22.03.1994.

Porém como a área de reserva legal indicada no laudo técnico foi de apenas 353,3 hectares, correspondendo a 20% da área total do imóvel, a DRJ decidiu reduzir a área de preservação permanente antes indicada de 947,0 hectares para 813,8 hectares, sob a alegação de que o aumento da área de reserva legal na certidão se deu com a redução da área de preservação permanente e não com a área de pastagem nativa. As alterações autorizadas foram especificadas no quadro exposto às fls. 31, e conforme se vê, indicam também uma redução da área de pastagem nativa de 995,2 hectares para 163,3 hectares.

A decisão de primeira instância fez questão de ressaltar que a aceitação das áreas de preservação permanente e de reserva legal não dispensa o interessado da devida regularização dessas áreas perante o IBAMA ou órgão ambiental do Estado de Goiás para poder fazer jus à exclusão da tributação do ITR a partir de 1997, nos termos da IN SRF 43/97 c/a redação dada pela IN SRF 67/97.

Irresignada com a decisão *a quo* a interessada comparece tempestivamente aos autos para apresentar seu recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes nos termos apresentados às fls. 38.

Processo nº : 13128.000094/2001-11
Resolução nº : 303-01.029

Em resumo não se conforma com a alíquota apontada após a decisão de primeira instância, entende que em vez de 0,80% deveria ser de 0,20%.

Diz que no ano correspondente ao ITR/95 utilizou 100% da área aproveitável, sendo 163,30 ha de pastagem nativa e 300,0 ha de pastagem plantada, para criação de 162 animais adultos e 143 animais de médio porte. Solicita que se observe a evolução do rebanho comprovado na declaração do ITR/97. Pede a reforma da decisão recorrida.

O despacho de fls. 63 atesta a efetivação do arrolamento de bens em garantia ao recurso voluntário.

É o relatório.

Estão presentes os requisitos de admissibilidade para o recurso, trata-se de matéria da competência dessa Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, e foi apresentado tempestivamente. Vamos ao mérito.

A questão é sobejamente conhecida do Conselho de Contribuintes. O mérito se resume a estabelecer qual o grau de utilização do imóvel, posto que é daí que surge a alíquota aplicável.

Vamos iniciar nossa análise a partir dos quadros 04 e 05 definidos pela decisão recorrida.

As alterações autorizadas foram:

A – Quadro 04 – Distribuição da Área no Imóvel

Item 22 - Preserv. Perm.	de :	353,4 ha	para:	813,8 ha
" 23 - Reserva Legal	de:	115,0 ha	para:	486,5 ha
" 26 - Soma/Isentas	de:	468,4 ha	para:	1.300,3 ha
" 31 - T.Inaproveit.	de:	471,4 há	para:	1.303,3 ha
" 32 – T.Aproveit.	de:	1.295,2 ha	para:	463,3 ha

B – Quadro 05 – Inform. sobre Áreas de Criação Animal

Item 33 – Pastag. Nativa de: 995,2 há para: 163,3 há.

O laudo técnico de fls. 08 indica a existência de área de pastagem plantada de 300,0 ha e de pastagem nativa de 163,30 ha. A decisão recorrida laconicamente reduziu a área de pastagem nativa de 995,2 ha para 163,3 ha sem maiores explicações.

Por outro lado constava na DITR/94 a informação de um rebanho de 120 cabeças de grande porte, o laudo técnico é omisso quanto ao rebanho e o recurso

Processo nº : 13128.000094/2001-11
Resolução nº : 303-01.029

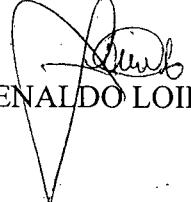
voluntário apenas afirma sem suporte documental que no ano de 1995 havia na propriedade em foco um rebanho de 163 animais adultos (seriam de grande porte?) e 143 animais de médio porte

As informações relativas à DITR/97 não permitem a convicção sobre o rebanho médio existente ao longo do ano de 1994. A área de pastagem a ser aceita depende diretamente da informação precisa quanto ao rebanho existente no período sob análise.

Proponho que se converta o presente julgamento em diligência para que a repartição de origem intime o interessado a apresentar comprovação documental quanto ao rebanho existente ao longo do ano de 1994, informando, de preferência com base em registros de vacinação obrigatórios, o plantel inicial, os registros de nascimentos e baixas (morte, alienação, etc) ocorridos ao longo do período, mês a mês. Pode o interessado juntar também outros documentos que possam atestar a existência de rebanho na propriedade, o nº de cabeças, distinguindo as de grande porte e as de médio porte.

É como voto.

Sala das sessões, em 14 de abril de 2005.


ZENALDO LOIBMAN - Relator